

Nadando contra a “maré vermelha”: análise da suposta tendência à esquerda da América Latina

Going against the “red tide”: analysis of the presumed left-leaning trend in Latin America

RODRIGO WIESE RANDIG*

Meridiano 47 n. 46, jun. 2008 [p. 32 a 35]

Há tempos se fala de uma metafórica “maré vermelha” latino-americana, em referência ao número crescente na região de lideranças políticas consideradas “de esquerda”. Imediatamente após a vitória do ex-bispo católico Fernando Lugo nas eleições presidenciais do Paraguai, que assumirá em agosto de 2008, uma coluna do periódico britânico *The Daily Telegraph* sugeriu que, com esse novo marco no contexto da ascensão tão acelerada de esquerdas no continente, o mais correto seria falar de um “*tsunami* vermelho”.

Já se tornou, de fato, um lugar-comum a afirmação de que a América Latina – especialmente a América do Sul – estaria realizando um “giro à esquerda”, um movimento sincronizado revelador de uma aceitação popular e generalizada dos ideais marxistas. Essa percepção, compartilhada por parcela expressiva da população e dos meios de comunicação regionais e externos, não deixa de ser, contudo, uma generalização bastante simplista do atual quadro político sul-americano.

Pelo teor nacionalista de seu discurso de campanha, em que manifestava a necessidade de reformas sociais e um número considerável de críticas ao suposto “imperialismo brasileiro”, diversos analistas foram rápidos em associar Fernando Lugo ao grupo dos adeptos do “socialismo do século XXI”, composto por Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Entre esse trio e o quarteto mais moderado formado por Lula, Michele Bachelet, Tabaré Vázquez e Cristina Kirchner, o governante paraguaio seria

o oitavo líder de esquerda em um subcontinente composto por doze estados soberanos. O próprio Lugo, entretanto, já em diversas ocasiões fez questão de negar-se o rótulo de “esquerda”.

Além do caráter negativamente simplista de toda generalização, a separação de líderes e partidos políticos entre “esquerda” e “direita” é peculiarmente delicada pelo fato de que não há qualquer consenso a respeito da abrangência dos termos, a qual difere significativamente segundo distintos autores e em distintas regiões do globo. Seu surgimento data das vésperas da Revolução Francesa, quando o chamado “Terceiro Estado”, que clamava por reformas liberais, ocupava os lugares à esquerda do Rei na Assembléia Nacional – visto que ao lado direito já se situavam o clero e a nobreza, as classes interessadas na manutenção do status quo.

A distinção até hoje é utilizada na política da França, em cuja Assembléia os políticos continuam a sentar-se à direita ou à esquerda, segundo seu posicionamento político; e foi desde então exportada e adaptada à realidade de diversos outros países.

É interessante, contudo, notar a divergência em seu uso numa e noutra parte do globo: é comum entre muitos a opinião de que o Partido Democrata norte-americano representa a esquerda política no país, em oposição ao Partido Republicano. De um ponto de vista europeu ou mesmo sul-americano, porém, ambos seriam partidos de direita – ainda que os democratas de fato estejam mais à esquerda – ou “menos à direita” – que sua contraparte. Já

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rodrigorandig@gmail.com).

no próprio berço etimológico do par de conceitos foi provada sua fluidez: tendo a direita perdido seu poder, os girondinos, parte da esquerda clássica, tornaram-se a nova direita, em oposição aos ainda mais revolucionários jacobinos.

Distintas interpretações do par de conceitos implicam diferentes conclusões: ainda que se negue o rótulo de “esquerda”, caso se entenda especificamente “de esquerda” como aqueles que se opõem à ordem estabelecida, Lugo será obviamente um representante da esquerda paraguaia, por opor-se ao partido que durante mais de seis décadas governara o país. Compreensões mais abrangentes, porém, entendem que a divisão entre esquerda e direita implica uma posição em relação à moralidade: em teoria, governos de esquerda seriam mais liberais em relação aos costumes.

Esperar-se-ia, por exemplo, que políticos de esquerda apoiassem fortemente a união civil homossexual. Malgrado a autodenominação de “esquerda” da maioria dos atuais líderes sul-americanos, contudo, em apenas um deles – o Uruguai – tal instituição é amparada pela constituição nacional. Nesse caso específico, porém, obviamente convém considerar a forte influência da Igreja Católica nos países da região.

Ainda que apresentem claras divergências em suas formas de governo e não necessariamente se enquadrem no conceito clássico de um governo de esquerda, os oito governantes supracitados possuem de fato algumas semelhanças essenciais: primeiramente, um grande apelo popular, especialmente entre as classes economicamente menos privilegiadas; um programa de governo que atenta para a melhor distribuição de renda, obtida por meio de intervenção ativa do estado na economia; e, finalmente, seu afastamento em algum grau da zona de influência estadunidense em favor de uma maior integração regional.

Ainda assim, é complicado defender categoricamente a existência de um modelo característico comum aos governos de Bachelet, Chávez, Kirchner, Correa, Lula, Morales e Vázquez. De ainda mais difícil em sustentar-se, porém, é a segunda crença, igualmente difundida, segundo a qual dito modelo

estaria em ascensão na América do Sul, representando um indubitável trunfo dos ideais socialistas e antiimperialistas junto às populações do continente.

Análise comparativa de pesquisas de aprovação interna dos governantes americanos de fato aponta para um resultado interessante: a despeito da considerável popularidade de todos esses governantes anteriormente mencionados, o governo com maior aprovação interna em todo o continente americano, com índices bastante superiores àquele que o segue, é o de Álvaro Uribe na Colômbia – sem dúvidas, o sul-americano que menos pode ser considerado “de esquerda” ou “antiimperialista”.

Francamente pró-EUA, Uribe tornou-se desde seu primeiro governo o principal aliado norte-americano na região, tendo permitido a presença intensa e intervenção direta estadunidense no país. Por outro lado, o combate ao narcotráfico e à criminalidade interna – com efeito, a justificativa para a permissão da intervenção norte-americana – teve grandes êxitos e aportou benefícios à população colombiana.

Caberia, destarte, questionar quais seriam as justificativas para essa particularidade do povo colombiano: a despeito da imensa popularidade interna de Uribe, nas duas capitais mais próximas a Bogotá, políticas fortemente divergentes e mesmo críticas à colombiana gozam também de considerável popularidade interna: na Venezuela, após mais de cem meses de governo Chávez, quase 50% da população demonstrou-se disposta a apoiar uma nova reeleição do presidente; no Equador, por outro lado, Rafael Correa – crítico das direitas e aliado estratégico de Chávez – é atualmente o segundo governante americano mais popular internamente.

Seria um equívoco buscar na formação e composição do povo colombiano uma explicação para essa posição tão divergente da de seus vizinhos. Se a Colômbia aparentemente está nadando sozinha contra a “maré vermelha”, certamente não o faz por alguma simpatia intrínseca ou historicamente justificada de seu povo a governos de direita ou aos EUA.

O fato – incontestável – é que Uribe tem promovido melhorias significativas e diretamente

sentidas pela população de seu país. Durante seu governo, os níveis de criminalidade foram extremamente reduzidos, a economia do país revigorou-se e diversos programas sociais foram instituídos de forma eficiente. A significativa melhora da situação do país, outrora considerado o mais problemático da América do Sul, é a justificativa óbvia para seus altíssimos níveis de popularidade.

Não obstante, também os indicadores sociais e econômicos do governo Chávez evidenciam melhorias significativas para grande parte da população venezuelana. Fontes internacionais comprovam que as taxas de desemprego e pobreza da Venezuela decresceram drasticamente na última década, e diversos programas assistencialistas têm tido êxito no auxílio às classes mais baixas da população.

Atrás de Álvaro Uribe e Rafael Correa – que em abril deste ano gozavam de índices de 81% e 62% de aprovação interna, respectivamente -, uma escala abrangendo toda a América insular situaria o mexicano Felipe Calderón e o salvadorenho Antonio Saca na terceira e na quarta posições, ambos com aproximadamente 60% de aprovação.

Esses são mais dois exemplos claros de que a América Latina não está necessariamente pendendo para a esquerda: Calderón mantém a política de seu antecessor, Vicente Fox, de alinhamento estratégico com o vizinho do norte; Saca, por sua vez, foi o único governante latino a enviar tropas para combater ao lado dos estadunidenses no Iraque.

Enquanto que todos os governos ditos de esquerda da América do Sul gozam de índices satisfatórios de aprovação – Vázquez (45% de aprovação popular), Bachelet (46%), Cristina Fernández (47%), Chávez (51%), Lula (55%) e Morales (56%) –, o nicaragüense Daniel Ortega, cuja eleição foi vista como prova de que a maré vermelha já estaria atingindo também a América Central, atualmente goza de ínfimos 21 pontos percentuais de aprovação interna.

Tamanha efemeridade em popularidade, obviamente grande quando de sua eleição, indubitavelmente se fundamenta não em princípios ideológicos ou em sua posição relativa aos EUA, e sim ao insucesso de sua política interna. Ao longo de seu primeiro ano de governo, o nicaragüense

não obteve êxitos na necessária reconstrução das capacidades internas de seu país.

Na América do Sul, por outro lado, viu-se um processo contrário e generalizado. A ênfase no fortalecimento das capacidades estatais é o ponto-chave no qual se igualam não apenas os governos de Lula e Chávez, Bachelet e Morales; mas também o de Uribe a todos esses.

Independentemente de seus declarados posicionamentos no espectro político, todos esses governos perceberam a necessidade de “reconstruir o estado”. Apesar da crescente atuação de organizações não-governamentais e internacionais e da sociedade civil no cenário político, ficou evidente na última década que o estado continua sendo o ator-chave na realização de melhoras significativas ao bem-estar da população dentro de suas fronteiras: quaisquer melhorias significativas e duradouras na situação de um estado não podem prescindir de seu fortalecimento interno.

Seja garantindo a segurança da população ao combater o narcotráfico, como na Colômbia e no México, ou intervindo ativamente na distribuição de renda por meio de programas assistencialistas, como no Brasil e na Venezuela, os atuais governantes sul-americanos têm planos de governo que convergem exatamente numa atuação interna forte do Estado na promoção do crescimento dos indicadores sociais – apenas viabilizada após reformas nacionais que permitiram seu crescimento econômico, em um primeiro momento.

Similarmente, a ínfima aprovação atual de apenas 5% da população paraguaia de que goza o presidente Nicanor Duarte não significa que, após seis décadas de governo do Partido Colorado, o eleitorado paraguaio tenha passado por alguma mudança abrupta e profunda. As eleições deste ano no país, nas quais Lugo resultou vitorioso, mantiveram-se livres de rotulações dentro do espectro político: a desaprovação de Duarte – e, por extensão, de seu partido – deve-se indubitavelmente aos índices extremamente baixos de desenvolvimento recente do país e à comprovada corrupção que o assola.

As esperanças depositadas em Lugo, por sua vez, tampouco têm a ver com sua – jamais

expressada – opinião a respeito do socialismo, e sim com suas propostas concretas de melhorias sociais e econômicas.

Uma análise mais profunda das atuais tendências da América Latina, portanto, não indica necessariamente um fenômeno ideologizado de uma “virada à esquerda” das populações do continente. O que se vê é, de fato, um processo de busca por mudanças por parte do eleitorado, após os insucessos quase generalizados dos governos latino-americanos do final do século XX.

O caráter neoliberal e de direita da maioria desses governos de fato fortaleceu o discurso das esquerdas locais no início deste século. Em vez de um “giro à esquerda”, o que de fato observa-se atualmente na América Latina é uma canalização dos desejos populares por reformas sociais, e o entendimento dos governantes de que isso só se faz possível com reformas estruturais dos próprios Estados.

Na maioria do continente, esse fenômeno foi, de fato, concretizado pelas novas esquerdas. No entanto, foi entendido e trabalhado com igual êxito por governos de direita no México e na Colômbia.

Ao contrário, portanto, daquilo que recentemente tornou-se senso comum, constate-se que a ascensão de um número significativo de lideranças de esquerda em nosso continente

representa, de fato, um fenômeno verdadeiro, porém desideologizado.

Em outras palavras, a aprovação popular de um governante está ligada diretamente ao crescimento econômico e social do país e à maneira como esses benefícios são sentidos diretamente pela população – e não ao posicionamento pessoal desses líderes em relação ao alinhamento com os Estados Unidos ou à obra de Karl Marx.

Recebido em 27/06/2008

ApAprovado em 01/07/2008

Palavras-chaves: América Latina; eleições presidenciais; movimentos de esquerda

Key words: *Latin America; presidential elections; leftism*

Resumo: o artigo trata do posicionamento político dos governantes da América Latina. Nesse sentido, opõe-se à afirmação de que o continente estaria indo para a esquerda.

Abstract: *The article deals with the political position of Latin America's governments. It poses itself against the declaration that the continent would be going to the left.*

